

Para o atraso da ciência

ANC 88
Pasta 24 a 30
Abril/87
016

FOLHA DE SAO PAULO

Apresentadas oficialmente nesta terça-feira, as sugestões da SBPC para o Congresso constituinte lembram alguns princípios indiscutíveis (o direito de todos à educação, o respeito à cultura indígena) e acompanham-se de uma iniciativa correta (um abaixo-assinado contra a utilização da energia nuclear para fins militares). Completam-se, todavia, com um velho aceno xenófobo: a defesa da reserva de mercado, não só para a informática, como para a química fina, a biotecnologia e outros setores que forem "essenciais para promover o desenvolvimento autônomo da tecnologia nacional".

Que se procure proteger de alguma forma a indústria e a tecnologia brasileiras, por meio de mecanismos tarifários, é um objetivo mais do que razoável: trata-se de um medida de bom senso, aliás rotineira em todas as áreas econômicas. Mas a proposta da SBPC não se limita a este tipo de mecanismo, abrindo margem para que, no intuito de estimular a produção nacional, cogite-se de ampliar o que já acontece no setor de informática. Isto significa, simplesmente, insistir no atraso de toda a economia brasileira. O universo de restrições e vetos que se fazem contra a importação de tecnologia acarreta sérias dificuldades para o desenvolvimento do parque industrial do país. Não é senão através da troca de conhecimentos científicos com o exterior que a produção brasileira poderá manter os níveis de competitividade internacional que tem atingido em vários setores.

Não há razão, ademais, para identificar o necessário incentivo à pesquisa com uma regulamentação burocrática em benefício de algumas empresas do setor de informática. Se se trata de investir na tecnologia, interessa atuar nas áreas em que a interferência do Estado pode de fato ser necessária: o fortalecimento do ensino superior, a concessão de

bolsas de estudo, as iniciativas de intercâmbio científico.

Quanto a este ponto, a SBPC sugere que o Congresso constituinte estipule a porcentagem mínima do orçamento para os gastos no setor. Apesar de aparentemente simpática, a proposta contém um risco: o de que se termine elaborando uma verdadeira Constituição das porcentagens, isto é, um documento que estabelece prioridades numéricas arbitrárias para todos os setores de interesse público. Dentro desse raciocínio, por que não conceder 15% do orçamento para a saúde, 17% para a habitação, outros 17% para o transporte e assim por diante? E como evitar, numa hipótese extrema, que a soma das porcentagens não exceda o próprio total dos gastos estatais? De fato, o perigo é que, no acúmulo das dotações e preferências, a soma das partes termine se revelando maior que o todo.

27 ABR 1987

De qualquer modo, há uma grande diferença entre investir na pesquisa científica e cercar de benefícios econômicos as empresas que não têm condições de concorrer no mundo econômico real. É isto o que ocorre com a reserva de mercado. Configura um sistema a tal ponto artificial, que mesmo a alternativa de uma proteção tarifária expressiva é recusada como ameaça à sobrevivência das empresas nacionais. Ao defender de um modo genérico a reserva, a SBPC parece propor que o país continue naquilo que já foi classificado como um processo de reinvenção da roda em termos tecnológicos, sustentado pela burocracia e por interesses políticos de direita e de esquerda (ambos, como se sabe, convergem nesse ponto). Para uma entidade preocupada com o progresso da ciência — pelo menos é o que seu nome indica —, não deixa de ser uma atitude desalentadora.